

1 **CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CERH)**
2 **CÂMARA TÉCNICA DE PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS (CTPLAN)**
3 **Ata da 6ª reunião, realizada em 20 de maio de 2008**
4

5 Aos vinte dias de maio de 2008, reuniu-se a Câmara Técnica de Planos de Recursos
6 Hídricos (CTPLAN) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da
7 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em
8 Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: foi eleito pelos
9 membros presentes, para presidir a reunião o conselheiro Márcio Antônio de Campos
10 Coury, na ausência do presidente Valter Vilela, Ivana Moraes Soares, Rômulo Ramos
11 Corgosinho – representantes dos poderes públicos; Alice Lorentz de Faria Godinho e
12 Hersília de Andrade e Santos – representantes de entidades da sociedade civil. Leonardo
13 Roger Silva Veloso – representante dos usuários de recursos hídricos. Representou o
14 Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) a diretora de Gestão de Recursos
15 Hídricos, Luiza de Marillac Moreira Camargos. **Assuntos em pauta. 1)**
16 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** A diretora do IGAM Luiza de Marillac
17 Moreira Camargos informou que as atas das reuniões da CTPLAN que estão pendentes de
18 aprovação da Câmara serão encaminhadas para votação na próxima sessão. **2) PLANO**
19 **DIRETOR DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO**
20 **PARACATU. Apresentação: IGAM.** A diretora do IGAM Luiza de Marillac Moreira
21 Camargos e técnicos da equipe que participou da elaboração do Plano Diretor de Recursos
22 Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu fizeram exposição do trabalho à Câmara.
23 Histórico do Plano Diretor – Luiza de Marillac Moreira Camargos: “O trabalho foi
24 desenvolvido e coordenado pelo IGAM em 2005 e teve como base muito importante um
25 estudo de referência, que foi o Plano Diretor de Recursos Hídricos elaborado de 1995 a
26 1998 sob a coordenação da Ruralminas, IGAM e Cetec. Esse estudo forneceu subsídios
27 para se evoluir e fazer todo este novo plano de 2005. Houve audiências públicas
28 relacionadas ao primeiro estudo em 1997 e início de 1998 e o CBH Paracatu só foi
29 instituído em dezembro de 1998, portanto, no primeiro estudo o comitê não havia
30 internalizado os estudos. Ressaltamos que é um estudo que será por muito tempo essa
31 referência, mas, hoje, com a legislação de recursos hídricos, o Plano da bacia tem que
32 ficar melhor sistematizado, pois existe um público muito heterogêneo no comitê e é esse
33 público que vai decidir as ações. Foi uma experiência interessante do IGAM no sentido de
34 repassar os estudos do Plano/2005 de forma a propiciar maior compreensão para todos os
35 membros do comitê. Fizemos uma releitura do Plano/1996, colocando os estudos na forma
36 como hoje a legislação de recursos hídricos estabelece. Foi criada uma câmara técnica no
37 âmbito do comitê para acompanhamento do plano/2005 e tivemos um apoio muito grande
38 da FEAM, Agência Nacional de Águas, Copasa, prefeituras da bacia, Cemig, e foi um
39 momento em que conseguimos aglutinar muitas informações. Este plano/2005 ficou
40 estabelecido com o horizonte de dez anos e está válido no período de 2006 a 2015.
41 Consideramos que a elaboração deste plano é um processo dinâmico e contínuo de
42 avaliação e estabeleceu a atualização do plano, que seria a cada quatro anos. O fato é que

43 é um instrumento importante que vai ser levado ao comitê para discussão para o
44 estabelecimento de ações prioritárias na bacia. O IGAM conseguiu fazer um processo bem
45 participativo, fizemos oficinas sobre enquadramento dos corpos d'água, houve intenso
46 trabalho de campo para atualizar o mapa de uso do solo e cobertura vegetal, fizemos o
47 enquadramento, quatro consultas públicas nos municípios de Vazante, Unaí, Paracatu e
48 João Pinheiro. Antes de todo esse trabalho preparou-se um termo de referência para
49 discussão, que foi aprovado no âmbito do comitê, em abril de 2005, e foi combinado com
50 o comitê que tínhamos um prazo de nove meses para finalizar o plano em sua versão
51 preliminar. Realizou-se algumas consultas públicas para receber as sugestões da
52 sociedade e o plano foi aprovado pelo comitê do Paracatu em 28 de abril de 2006.
53 Queremos ressaltar que o plano atendeu o conteúdo mínimo exigido pela Lei 13.199/99 e
54 Decreto 41.578/01 e propiciou o salto de qualidade ao CBH Paracatu. O plano foi muito
55 importante porque o comitê, formado em 98, ainda não tinha internalizado todos os estudos
56 da bacia, e esse plano ficou simples e de fácil compreensão e ajudou o próprio comitê a
57 tomar uma direção. O termo de cooperação técnica vai integrar os atores sociais e órgãos
58 públicos que têm várias competências na bacia. Está com data marcada para ser assinado
59 no próximo dia 26 de junho. Haverá uma solenidade e estamos preparando junto com o
60 comitê todos os documentos necessários para a celebração desse termo. Cada entidade vai
61 ficar com a competência de realizar algumas das ações que estão no próprio plano,
62 objetivando a efetivação do enquadramento dos corpos de água da bacia. Acreditamos que
63 será uma experiência muito importante para a gestão de recursos hídricos. O IGAM
64 realizou 19 reuniões com o Comitê do Paracatu, três reuniões com a Câmara Técnica de
65 Planos do comitê, quatro oficinas para o enquadramento, apresentamos produtos do plano
66 em seis encontros e todas as reuniões do comitê eram marcadas por pautas extensas, em
67 que apresentávamos todos os produtos contidos e estudos naquele plano. Realizou-se
68 quatro consultas públicas para deliberação do plano junto com a sociedade, além desse
69 trabalho de campo, que durou 40 dias na bacia. Toda a experiência na elaboração do plano
70 resultou em trabalho de congresso e ofereceu subsídios para elaborarmos a primeira
71 versão da DN conjunta do CERH e COPAM de diretrizes gerais sobre enquadramento.”
72 Em seguida foram feitas as exposições técnicas detalhadas do Plano Diretor pela equipe
73 técnica, incluindo também exposição sobre enquadramento, caracterização da bacia e
74 principais problemas ambientais identificados na região, e prestados esclarecimentos aos
75 conselheiros. **Debates.** O conselheiro Rômulo Ramos Corgosinho recomendou a inclusão
76 das atividades de recreação como um dos usos múltiplos e preponderantes da água. A
77 conselheira Ivana Moraes Soares ressaltou que o uso da água como recreação deve ser
78 considerado também como fator de atração turística. A conselheira Hersília de Andrade e
79 Santos destacou a importância do plano diretor. “Eu participo de um projeto de pesquisa
80 que tenta avaliar a vocação ecológica no Baixo São Francisco e uma das questões é
81 exatamente a cobrança pelo uso das águas. Acho interessante ser ressaltado que o plano
82 avaliou isso, pois temos na bacia do Paracatu um problema sério na questão de esgoto
83 sanitário. Precisamos deixar ressaltado que temos limitações na questão de legislação. No
84 Conama, a norma 357/2005 estabelece o enquadramento do curso d'água a partir de usos,

85 então, a gente classifica se um curso d'água está ruim, se está sofrendo muito impacto
86 com relação a agricultura e indústrias etc. Temos questionamentos quanto a isso. Em
87 outros países, na Europa, a coisa funciona um pouco diferente, a partir de um curso
88 d'água bem preservado é que se começa a classificação, justamente para tentar recuperar o
89 curso d'água que está degradado para voltar ao padrão que existe de um curso d'água
90 preservado.” Conselheiro Rômulo Ramos Corgosinho: “Quando a gente fala em gestão de
91 águas muitas vezes deixamos de considerar adequadamente ou com o devido peso a
92 questão do uso e ocupação dos solos. Na região do Paracatu parece que prevalece essa
93 mesma lógica. No Piracicaba estamos enfrentando uma questão muito grave e
94 preocupante, que é a silvicultura de eucalipto. Estamos transformando várias porções do
95 interior do Estado num deserto verde. É uma questão polêmica, mas o certo é que deveria
96 existir, no âmbito desses planos diretores de recursos hídricos, um enfoque mais
97 pormenorizado, sob uma ótica eminentemente técnica dessas questões.” Conselheira Alice
98 Lorentz de Faria Godinho: “Gostaria de considerar também que na questão de uso e
99 ocupação do solo eu acredito que o zoneamento ecológico-econômico seria a melhor
100 ferramenta para os comitês de bacias hidrográficas, e é importante que isso seja
101 recomendado para todos os planos diretores.” **Deliberação da câmara**. Após as
102 exposições, considerações e debates, a Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos
103 deliberou por unanimidade recomendar ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos
104 (CERH) a aprovação do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio
105 Paracatu nos termos apresentados, com as seguintes recomendações: – inclusão da
106 recreação como um dos usos preponderantes das águas; – recomendação ao comitê da
107 bacia hidrográfica a utilização do zoneamento ecológico-econômico como ferramenta na
108 avaliação do uso e ocupação dos solos, bem como a realização da avaliação ambiental
109 estratégica. **3) PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**. Robson Santos, da
110 Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos do IGAM, informou à Câmara sobre o
111 processo de licitação da segunda etapa do Plano Estadual de Recursos Hídricos. “Estamos
112 na fase final de licitação. Uma empresa e dois consórcios apresentaram propostas
113 técnicas. Foi formada uma comissão técnica para análise das propostas, que foram
114 analisadas entre 28 de abril e 9 de maio. Duas propostas foram classificadas para a etapa
115 seguinte, e será feita a abertura das propostas comerciais amanhã, às 10h, obedecendo ao
116 prazo recursal. Provavelmente na próxima semana dever ser publicado o resultado, e a
117 expectativa é de que o contrato esteja assinado na primeira semana de junho. Com relação
118 ao Plano Diretor do Rio Doce, o contrato foi assinado e faltam alguns detalhes para se
119 expedir a ordem de serviço para começar os trabalhos. A previsão é de final de maio e
120 início de junho para se expedir a ordem de serviço e iniciar os trabalhos”. Presidente
121 Márcio Antônio de Campos Coury: “Fui designado pela CTPAN para que fosse o
122 representante da Câmara e do Conselho na comissão técnica que avaliou as propostas
123 apresentadas para a elaboração dos planos do rio Doce e do Paraopeba. Terminamos o
124 trabalho e me sinto no dever de agradecer aos conselheiros, ao nosso presidente e ao
125 Conselho pela confiança depositada na minha pessoa de poder representá-los e poder
126 dizer que foi um trabalho feito com muita dedicação, muito carinho e inteligência pelos

127 colegas, demonstrando que temos em Minas Gerais esse know-how e que podemos
128 trabalhar e ajudar. É importante isso porque os comitês e agências de bacias precisam do
129 nosso apoio, pois são pessoas que lidam na área e representam suas associações e
130 organizações, mas precisam desse nosso apoio. E fazemos com muito prazer. Queremos
131 também agradecer a equipe do IGAM, que nos apoiou e deu suporte.”
132 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente em
133 exercício Márcio Antônio de Campos Coury declarou encerrada a sessão, da qual foi
134 lavrada a presente ata.

135

136

137 APROVAÇÃO DA ATA

138

139

140

141

142 Márcio Antônio de Campos Coury – Presidente em exercício

143

144

145

146

147

Ivana Moraes Soares

148

149

150

151

152

153

Rômulo Ramos Corgosinho

154

155

156

157

158

Alice Lorentz de Faria Godinho

159

160

161

162

163

Hersília de Andrade e Santos

164

165

166

167

168

Leonardo Roger Silva Veloso